

A ESCOLA DE FARMÁCIA E DE ODONTOLOGIA DE ITAPETININGA: 1921-1937¹

Cesário de Moraes Leonel Ferreira²

Palavras-chaves: História da educação; instituição escolar; ensino superior; política educacional.

Nossa motivação em buscar reminiscências da Escola de Farmácia e de Odontologia de Itapetininga (EFOI), reside na esperança de resgatar fragmentos da memória de uma instituição de ensino superior, provavelmente a primeira da região sul do Estado de São Paulo, e o seu contexto, tentando dessa forma recuperar uma parte da história da cidade de Itapetininga que, segundo pudemos perceber, incorpora uma fase de esplendor e pujança aos olhos de seus cidadãos. A EFOI, tendo florescido num dos períodos mais fascinantes da nossa História, a passagem da Velha para a Nova República, marcou indelével o nome daquela cidade sendo um dos seus professores³ o responsável pelo epíteto *Atenas do Sul* pelo qual, até hoje, Itapetininga é conhecida. No entanto, essa história se esvai, lentamente, se apagando na lembrança daqueles que ainda estão entre nós e tiveram o privilégio de vivenciar os fatos, sumindo nos poucos *bate-papos* sobre o assunto nos quais, invariavelmente, foi-se reforçando em *simplismos* de como e porque acabou: *A retaliação de Getúlio Vargas contra a terra de Júlio Prestes* e, irregularidades como *venda de diplomas*.

¹ Pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação, Universidade de Sorocaba – UNISO, sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfêlice.

² Aluno do Programa de Mestrado em Educação UNISO. Professor do Curso de Administração das Faculdades Integradas de Itapetininga – FIL.

³ Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Professor Universitário, senhor Francisco Fabiano Alves teve seu poema *Atenas do Sul* publicado em 1922, segundo seu próprio depoimento, colhido em 1980 para o Museu da Imagem e do Som de Itapetininga.

Para darmos início ao nosso trabalho, dividimos o campo de aplicação da pesquisa, pela natureza das atividades, em três aspectos principais: *educacional*, referente às legislações estaduais e federais vigentes nas primeiras décadas do século XX; *histórico*, relacionado com os processos e atividades humanas bem como o contexto político-social que envolvia a Escola e, *iconográfico*, que diz respeito à história propriamente dita da EFOI como revistas e jornais de publicação interna, fotografias, diplomas, documentos, filmes e outras peças e utensílios pertencentes ao objeto de estudo em questão.

A leitura de Cunha (1986), Nagle (1974) e Basbawm (1997), foram indispensáveis na medida em que nos forneceram as dimensões dos problemas educacionais do ensino superior no Brasil, para que pudéssemos tecer comentários sobre a legislação que regulamentava o ensino superior da época. Essa análise foi complementada pelos decretos e leis, estaduais e federais, cujas publicações solicitamos cópias xerográficas à Imprensa Oficial do Estado S. A. (IMESP) e ao Setor de Reprografia da Imprensa Nacional, além das visitas que fizemos ao Museu do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional do Estado de São Paulo, ao Arquivo do Estado e ao Acervo Histórico da Assembléia Legislativa, na tentativa de localizarmos os pareceres técnicos emitidos sobre a EFOI para entendermos os processos que levaram ao reconhecimento da Escola pelo governo estadual em 1922, a concessão de inspeção prévia pelo governo federal em 1935 e o seu fechamento em 1937. Procuramos traçar um paralelo entre a história constatada por esses autores, entre outros, e aquela que pudemos levantar em nossa pesquisa documental, na tentativa de reconstruir, embora de maneira tão *mosaica*, uma parte da sistemática de funcionamento dessa escola.

Quanto à historiografia e ao procedimento que adotamos para embrenharmos às narrativas e argumentações factuais envolvendo a vida da escola, fomos encontrar, principalmente em Hobsbawm (1998); Gramsci (1966) e Schaff (1985), um embasamento teórico extremamente importante para entendermos melhor os processos históricos que se desenrolam pela *práxis* humana. Foram norteadores de nosso procedimento metodológico na medida em que, tendo necessidade de nos posicionarmos com relação aos fatos abordados, deveríamos fazê-lo na perspectiva do historiador que busca as verdades relativas através da objetividade mas que tem consciência de sua inevitável intervenção subjetiva.

Com relação aos dados sobre a EFOI, encontramos em *Justino Pereira de Magalhães*, uma orientação que vai mostrar a importância de se estudar uma instituição de ensino principalmente quando se tem o desejo de lhe conferir um sentido histórico. Trata-se de um processo que deve conjugar as memórias e suas dimensões orais com as crônicas e textos da imprensa, local e regional, relacionados com o objeto em estudo e que devem ser investigados comparativamente a outros quadros analíticos da época, tentando desvelar os seus agentes, intérpretes da história, inquirindo-os do ponto de vista político e simbólico. Nas palavras de Magalhães (1999, p. 72):

A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que, à triangulação entre os históricos anteriores, à memória e ao arquivo, se haverá de contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico.

Nesse aspecto, nos movimentamos sobre três frentes de trabalho. Primeiro, a pesquisa realizada em matéria escrita⁴, principalmente em jornais da época, publicados em Itapetininga e região, e livros cujo teor relatavam informações sobre a EFOI, ou a respeito da cidade, o que nos possibilitou a construção de uma visão geral do nosso objeto de estudos e seu contexto. Segundo, realizamos várias entrevistas com pessoas que, de alguma forma, mantiveram ligações com a Escola e poderiam, através dos seus depoimentos, trazer mais esclarecimentos sobre o assunto. Tivemos a importante colaboração do Museu da Imagem e do Som de Itapetininga, cujo diretor gentilmente nos permitiu acesso às gravações das entrevistas realizadas nos anos 80 com três ex-professores da EFOI, já falecidos, e que foram fundamentais para o desenvolvimento de nosso trabalho além de um trecho de filmagem ocorrida em 1929 mostrando o trote aplicado aos calouros daquela Escola. Terceiro, percorremos a cidade de Itapetininga, *de porta-em-porta*, obedecendo a uma listagem de nomes que fomos preparando, sucessivamente após cada visita, colhendo materiais pertencentes à Escola e seu contexto. Conseguimos, principalmente, álbuns de fotografias de formaturas e alguns diplomas originais que foram por nós recuperados, fotografados e instalados em quadros com moldura de alumínio com dupla face de vidro e, devolvidos aos seus proprietários. Não podemos deixar de registrar a colaboração da imprensa na publicação de *pres release* divulgando nossa pesquisa o que possibilitou novos contatos e novos materiais relevantes.

Seria oportuno esclarecer que a maior parte dos documentos que apresentamos em anexo foi xerocopiada e *trabalhada* de maneira que *limpamos* tais documentos num processo de recuperação da cópia do original, com o único objetivo de tornar legível seu conteúdo aos olhos do leitor, primando, contudo, em manter as suas características e, até mesmo, erros originais. De posse dessas três fontes de informações fomos reorganizando os dados, procedendo a sua triangulação e dessa forma selecionando aquelas por nós classificadas como *objetivas*, merecedoras de crédito, entre outras que poderiam ser apenas fruto da imaginação nas entrevistas concedidas ou de lapsos dos autores nos textos publicados.

Nessa fase da elaboração da pesquisa, tivemos grande dificuldade em conseguir reunir informações que pudessem descrever, em detalhes, a criação, o caminho e desenvolvimento da escola. A maior parte da sua história foi retirada de jornais da época que registravam os fatos cotidianos, embora nem sempre explicando detalhadamente os motivos dos acontecimentos. Alguns livros consultados, de autores Itapetininganos, cujas histórias retratam a cidade e suas personalidades, omitem as fontes e privilegiam a opinião própria do autor sobre determinados assuntos. Nesse aspecto, fomos tentando esclarecer possíveis falhas ocorridas nessas publicações tecendo comentários a partir das fontes de informações, ignoradas nessas obras, que obtivemos durante a pesquisa.

Na década de 60, Itapetininga teve um museu histórico que guardava grande parte de informações e documentos importantes referentes à vida da cidade e também à existência e dinâmica dessa escola, mas, uma vez fechado o museu, seu acervo foi

⁴ Resolvemos, nas transcrições dos textos publicados naquela época, manter a grafia original das palavras uma vez que nos parece auferir maior *autenticidade* aos discursos proferidos pelos seus personagens, além do que, inspira um clima propício ao leitor como convite a participar ativamente do contexto histórico daqueles velhos tempos dos *contos de réis*.

estocado num prédio sem que os devidos cuidados para sua adequada conservação fossem tomados. Depois de algum tempo, várias peças e alguns documentos deteriorados, já esquecidos e considerados como velharias, foram quase completamente diluídos entre particulares que se interessavam em levá-los para casa, ou simplesmente foram jogados fora por terem se estragado pela ação do tempo. Hoje existe o Centro Histórico e Cultural de Itapetininga (criado em 1990), cujos funcionários têm se empenhado em cadastrar o que restou do antigo museu e em organizar um arquivo composto de matérias avulsas recebidas como doação; esse acervo, no entanto, ainda não pode ser considerado como fonte definitiva para pesquisas universitárias. Dessa forma, tratamos também de utilizar como fonte os arquivos particulares de cidadãos itapetininganos, e de outras cidades, que gentilmente nos cederam informações e documentos para que pudéssemos tentar desenvolver satisfatoriamente nosso trabalho.

Num certo momento procuramos localizar trabalhos publicados na área de história do ensino farmacêutico e odontológico, entre outros, e que trouxessem considerações sobre a EFOI ou o seu contexto. Através de contato telefônico mantido com a doutora *Anna Maria Martínez Corrêa*, coordenadora do Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da Universidade Estadual Paulista- UNESP, fomos agraciados com sua obra (Corrêa, 1998), que traz à tona fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara de 1923 a 1976. Em visita à biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, conseguimos localizar duas obras da doutora *Maria Aparecida Pourchet Campos*, também de fundamental importância para nosso trabalho: *Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil* (1966) e *A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo* (1984). Ao verificar junto às instituições de ensino superior na região de Itapetininga os trabalhos de mestrado e doutorado que estão sendo desenvolvidos pelos seus professores pudemos contatar a professora *Amélia Elias Romanelli*, cuja Dissertação de Mestrado⁵ trouxe mais subsídios importantes. Isso nos possibilitou tecer algumas críticas e traçar paralelos às argumentações dessas autoras, naqueles momentos em que faziam referências ao nosso objeto de estudos. Uma vez conhecidos os seus pensamentos sobre a EFOI e sobre o cenário político-social da época, nos posicionamos criticamente na esperança de ter contribuído para esclarecimento de algumas reflexões que, no nosso ponto de vista, não tinham fundamentos suficientemente claros ou eram, até certo ponto, injustas com relação aos personagens desta história. Também pudemos contatar o professor André Motta, cuja tese de doutorado (Motta, 2001), defendida pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sobre a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo no período compreendido entre 1892 a 1920, veio trazer maiores informações sobre o *jogo político* da época em relação à fundação e ao reconhecimento das instituições de ensino superior.

Apoiados em Ludke (1986), realizamos várias entrevistas com pessoas, parentes e amigos de muitos dos protagonistas dessa história. Algumas, inclusive, testemunhas oculares dos fatos ocorridos naquela época, entre elas, uma ex-professora e três ex-alunos, que prestaram seus depoimentos sempre auxiliados por parentes, uma vez que a idade avançada e o longo tempo que distancia os acontecimentos acabavam por iludir

⁵ *Itapetininga: Uma experiência de educação no interior paulista*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP.

a memória e provocar a inserção de vazios entre uma fala e outra, daí a intervenção de terceiros. Assim sendo, essas fontes orais foram tratadas com importância relativa pois se tornaram pontos de apoio para que pudéssemos realizar a triangulação entre os dados levantados na pesquisa documental e as fotos, diplomas e outros materiais iconográficos, antes que pudéssemos considerar ou não tais depoimentos como procedentes.

É interessante observar que, na nossa percepção, absolutamente todos os entrevistados mostravam-se emocionados e envoltos num clima de apreensão. Na maioria dos casos, esse clima era de satisfação e prazer em poder contribuir com nosso trabalho e, surpreendentemente, em outros casos, de preocupação e incômodo em contar tudo o que sabiam; as respostas eram curtas e pouco explicativas. Muito provavelmente, essa atitude estaria relacionada ao caso da denúncia feita contra a Escola, de que diplomas teriam sido vendidos para várias pessoas estranhas ao corpo discente. Esse assunto foi tratado após o delineamento original desta pesquisa, uma vez que nossa intenção era a de tentar levantar apenas o trajeto da Escola, do seu nascimento até seu fechamento, período esse compreendido entre 1921 e 1937. As denúncias, das quais já tínhamos ouvido falar, foram apuradas através de inquérito policial aberto no Rio de Janeiro, em 1938, e estendido até 1954, de modo que tal temática ficaria fora do espaço por nós delineado, motivo, talvez, de uma segunda dissertação. Como, nas nossas visitas e entrevistas tivemos a oportunidade de encontrar uma pasta de um ex-aluno, já falecido, cuidadosamente guardada por sua filha, com alguns recortes de jornais sobre o assunto, resolvemos adentrar pelos meandros desse labirinto, embora de maneira pouco densa. Segundo as informações que ali conseguimos levantar, todos os envolvidos foram absolvidos. Sobre esse caso mantivemos contato telefônico com a 12ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, estabelecida no Palácio da Justiça mas, por se tratar de fórum estadual, e pelo avançado da data, os funcionários que nos atenderam foram céticos em relação à localização do referido processo o que nos remeteu ao fórum federal que, por sua vez, não possui 12ª Vara Criminal.

Assim, buscamos apenas nas matérias jornalísticas as notícias mais relevantes sobre o assunto tentando mostrar os *dois lados da moeda*, ou seja, as acusações feitas pelos jornais da Capital e as reações empreendidas pela imprensa de Itapetininga além de notícias publicadas em jornais de outras localidades. Muito provavelmente, nesta cidade, as pessoas desconhecem o fato de que o processo tenha sido arquivado por falta de provas e sentem-se *envergonhadas* em tocar nos assuntos que se referem à EFOI, o que justificaria a apreensão e o incômodo dos entrevistados, em alguns casos que presenciamos. Nosso senso de responsabilidade, então, nos impulsionou no sentido de levar esclarecimento e *alívio* para aqueles que ainda acreditam na *mea culpa* e se sentem constrangidos ao falar sobre o assunto. Este nosso procedimento é reforçado pelo fato de que em 1962, ou seja, 25 anos após o fechamento da EFOI, a comunidade de Itapetininga ainda sofria acusações sobre esses *falsos diplomas* envolvendo alguns profissionais formados por essa Escola e que atuavam na comunidade o que provocou um debate patrocinado pela Câmara Municipal de Itapetininga, na época, com a presença de autoridades das várias classes representativas daqueles profissionais, a nível estadual e local, para tentar esclarecer esses fatos, reunindo acusadores e acusados.

Neste estudo nossa pretensão também foi de situar uma tipologia ainda típica e em ocorrência, sobretudo nas pequenas e médias cidades do interior, em que as pessoas

tendem a resolver dúvidas referentes a aspectos históricos de forma *simplista*, sem sequer investigar a natureza dos fatos que deram origem à problemática em evidência. Durante nossa pesquisa ficou muito claro, na visão da maioria dos itapetininganos entrevistados, que a retaliação de *Getúlio Vargas* à terra de *Júlio Prestes* está implícita, principalmente, no fechamento da EFOI, na transferência do 5º Batalhão de Cavalaria para a cidade de Itu, na retirada do plantio do algodão das atividades rurais e na falta de energia elétrica de qualidade que poderia impulsionar o crescimento das indústrias na região. Tendo a EFOI, após servir como respaldo à euforia de uma população em vertiginoso crescimento econômico, social e cultural, deixado de funcionar, o fracasso se fez evidente. Além de comprometer o Município naquilo que significava a continuidade do seu progresso, ainda provocou uma necessidade imperiosa em seus habitantes, de procurar um motivo, ou alguém, que pudesse ser responsabilizado. Atentos para esse detalhe, passamos a alimentar a idéia de que, através da história da EFOI, poderíamos tentar levantar questionamentos baseados na hipótese de que tais acontecimentos não poderiam se caracterizar como *retaliação* mesmo porque, cada um deles, a exceção da energia elétrica, foi substituído por empreendimentos, também com respaldo governamental.

O que concerne ao nosso trabalho, então, é *questionar*, mas *não discutir*, se o grau de importância econômica das atividades que foram substituídas seria menor do que aquelas existentes originariamente, fator esse preponderante para o fomento do progresso do Município. É dessa forma que entendemos ter havido uma retaliação, não à EFOI, ou a Itapetininga em si, mas em toda a região sul do Estado, conhecida até hoje como *ramal da fome*. Até recentemente percebemos a manutenção dessa *política da substituição* quando foi anunciada pela imprensa, em agosto de 2001, a criação de uma universidade nesta região (UNESP). As dependências da Escola Agrícola de Itapetininga foram preteridas pelas dependências da fazenda Ipanema na cidade de Iperó, próxima de Sorocaba, onde existem e prosperam a Universidade de Sorocaba- Uniso e a Universidade Paulista – Unip, além de várias instituições de ensino superior caracterizadas como Faculdades Integradas. Ao invés de uma universidade Itapetininga deverá, ou poderá, acolher um Centro de Estudos Agrícolas, evidentemente não menos importante mas, com certeza, de menor força de propulsão do progresso para a região. É dessa forma que entendemos, também, os motivos das discussões que, desde há muitos anos, surgem entre políticos desta região reivindicando a divisão do Estado com a criação do Estado de São Paulo do Sul.

Após procedermos à organização de todos os documentos e informações pertinentes elaboramos nosso trabalho dividindo-o em quatro partes apresentando, no primeiro capítulo, uma abordagem sobre o ensino superior no Brasil republicano, desde o surgimento das escolas superiores livres até a reorganização do ensino na *era Vargas*, fazendo referências à legislação sobre o assunto e ao movimento político da época. Em seguida, passamos à história propriamente dita da EFOI, no segundo capítulo, iniciando com um breve relato sobre a cidade de Itapetininga para, então, citarmos o nascimento da Escola, o processo do seu reconhecimento pelo governo estadual, a sua dinâmica, as ameaças de fechamento, culminando com a tentativa de reconhecimento federal, já na nova república. O jogo político e as discussões na Câmara Estadual também são levados a efeito nesse episódio. O terceiro capítulo trata do fechamento da escola e das representações que pudemos notar entre as pessoas que contatamos durante nossa pesquisa, sobre *Getúlio Vargas e a retaliação à Terra de Júlio Prestes* e o conseqüente

ostracismo a que, supostamente, foi relegada a cidade de Itapetininga. Numa reflexão crítica de textos de autores que citam a EFOI, vamos, no quarto capítulo, contrapor as suas posições às nossas argumentações tentando esclarecer fatos e, dessa forma, procurar contribuir para a revelação de uma *partícula da história* cuja importância maior, para os cidadãos itapetininganos, deve ser a de resgatar e preservar a memória de um tempo de glória responsável pela projeção do nome da cidade em praticamente todo o território nacional.

Portanto, nosso trabalho, conduzido na primeira pessoa do plural, pode ser considerado como descritivo, uma vez que registra, analisa e correlaciona os fatos levantados sem fazer uso de qualquer tipo de controle ou manipulação do objeto de estudos. É documental na medida em que se baseia nos dados e informações advindas de material gráfico e sonoro, criteriosamente coletado sob embasamento teórico-metodológico através de consulta à bibliografia exposta ao seu final. O tema foi escolhido pela sua importância histórica reforçada pelo fato de que a cidade de Itapetininga ainda não possui um Centro de Memória que possa preservar os documentos e conseqüentemente manter a marca indelével da passagem dessa instituição de ensino superior em suas divisas, o que fatalmente transcorreria sob absoluto descaso, fadada mesmo ao esquecimento, não fosse a insistência de algumas pessoas, normalmente familiares dos atores envolvidos neste episódio, de guardarem alguns documentos e fotos em seus acervos particulares. Nos Anexos, introduzimos vários documentos, recortes de jornais e fotografias que vão esclarecendo e informando o leitor sobre as citações e comentários que fizemos durante o desenvolvimento literal do nosso trabalho.

Demos início ao texto analisando a situação política na passagem do Império para a República quando, no Brasil, se dá o conflito entre a elite cafeeira, emergente, exigindo o seu espaço diante da elite tradicional, ligada ao imperador. A base da estrutura do poder, porém, continuava sendo orientada pelas concessões de títulos de nobreza como o *coronelismo*, que era um sistema originado da distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional e o *bacharelismo*, conquista quase que exclusiva de pequena parcela da população.

Esse sistema vai sendo continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge seu ponto alto após a formulação da *política dos Estados* criada por Campos Sales. Na visão de Nagle (1974, p. 4-5), "não tardou que a 'política dos Estados' se transformasse (...) na política do café-com-leite". O país vivia, então, uma situação protagonizada por políticos paulistas e mineiros que se revezavam na presidência da República, praticando a oligarquia e o *coronelismo*, sendo o aparelho do Estado constituído pelo *bacharelismo*.

No período da *primeira república*, compreendido entre 1889 e 1930, vimos desenvolver a consolidação e a crise da hegemonia da classe latifundiária, em especial aquela voltada para a produção do café, e da jovem burguesia industrial que, embora emergente, estava freqüentemente sendo desafiada por um operariado crescente em número e organização. A partir da divisão social do trabalho, determinada pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção que se iniciava, surgia uma contradição. A exigência de maior número de trabalhadores com especialização da mão-de-obra obrigava o Governo a autorizar o funcionamento de escolas particulares cuja proliferação deteriorava a qualidade de ensino. Aliado a um quadro de crises e movimentos

armados que se sucediam em várias províncias, estava o descontentamento dos militares, em especial os oficiais do exército, exigindo sua participação na vida do país, uma vez que sua influência no Estado vinha crescendo desde a guerra do Paraguai. Surgem os movimentos insurrecionais militares, como o *tenentismo* que, segundo Cunha (1986, p. 165), “foi um movimento vinculado ao mesmo tempo às camadas médias e à burocracia do Estado. (...) Nos ‘bacharéis’, a baixa oficialidade do Exército foi encontrar o símbolo da corrupção e da ineficiência que impregnaria o Estado, males contra os quais se levantava em armas pelo ‘saneamento das instituições’”.

No sul do Estado de São Paulo as revoltas e insurreições que ocorreriam desde 1893, contra o governo, são rechaçadas por força dos pelotões de combate criados e comandados por dois grandes vultos, filhos de Itapetininga, o *Coronel Fernando Prestes* e *Ataliba Leonel*, tornando a cidade conhecida como *O Baluarte do Sul de São Paulo*. Itapetininga vivia um clima de euforia cujo desenvolvimento cultural e artístico era assegurado pelo movimento no comércio que aumentava com o surgimento de famílias inteiras que ali se estabeleciam com a finalidade de proporcionar estudo para seus filhos. Na década de trinta funcionavam na cidade a Escola Normal, a Escola do Comércio, o Colégio das Irmãs Beneditinas e a Escola de Farmácia e de Odontologia que desenvolviam cursos profissionalizantes muito concorridos. Outro cognome lhe cabia: Rainha do Sul Paulista. Além do *tropeirismo*, responsável pelo surgimento do povoado e que mantinha forte participação da vida econômica da região, a cultura do algodão trazia divisas para a cidade que se tornava a segunda produtora do Estado segundo dados estatísticos de 1931.

No início dos anos 20, o Estado de São Paulo vive uma verdadeira *epidemia* de Escolas de Farmácia e de Odontologia. Acreditamos que esse fenômeno esteja ligado ao sucesso atingido pela Escola de mesmo gênero, sediada na Capital, criada pela iniciativa privada em 1889 e imediatamente reconhecida e *adotada* pelo governo estadual. Naquela época, alguns nobres senhores, farmacêuticos, resolvem fundar uma associação com o intuito de transformá-la numa Escola de Farmácia, segundo Purchet-Campos (1966, p. 26), cansados de esperar do Estado o interesse em fazê-lo. Tal empreendimento teve o total apoio governamental uma vez que a lei⁶ que o reconhecia criava condições para que abarcasse os cursos de odontologia e de obstetrícia concedendo-lhe, também, o *status* de poder reconhecer os diplomas de estrangeiros e autorizar a atividade de profissionais práticos nessas áreas. Além disso, garantia o subsídio financeiro que lhe fosse previsto em orçamento oficial. Eximia-se o Estado da responsabilidade de dotar a população de um estabelecimento de ensino dessa natureza, tornando-se parceiro, não necessariamente da iniciativa privada mas, sobretudo, dos farmacêuticos e dentistas que compunham a classe hegemônica desses profissionais auferindo-lhes o poder de se tornarem a fonte emissora de diplomas oficiais. Essa situação é reconhecida pelo governo federal, já em 1905, validando seus diplomas em todo o território nacional.

É justamente o sucesso científico e, principalmente o financeiro, que vai experimentando essa Escola, a nosso ver, a causa da primeira reação no interior de São Paulo, mais necessariamente em Pindamonhangaba, que cria, também sob os auspícios da

⁶ Lei n. 665 de 6 de setembro de 1899. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 13 set. 1899.

iniciativa privada, a sua Escola de Farmácia e de Odontologia, reconhecida por lei estadual em 1914. Não nos aprofundamos em estudos sobre as Escolas criadas naquela época mas tudo leva a crer que em Piracicaba isso ocorreu em 1915, Mococa provavelmente em 1917, Itapetininga em 1921, Araraquara e Jaboticabal em 1923 e, depois disso, muitas outras foram surgindo. É interessante observar que poderíamos aplicar as idéias de MARX nesse episódio, considerando a concepção dialética da história abordada por Gramsci (1996), em que o desenvolvimento da Escola da Capital causa uma reação dentro do seu próprio corpo, membros da classe hegemônica de dentistas e farmacêuticos domiciliados no interior, criando as condições que determinam a sua falência. A concorrência a que é submetida provoca-lhe crises cada vez mais graves culminando com seu fechamento, em 1927, decretado pela própria Congregação da Escola e noticiado pela imprensa da Capital. Evidentemente as autoridades locais não permitiram esse desfecho, intervindo de forma a reestruturá-la, mantendo suas atividades até que, em 1934 é incorporada à Universidade de São Paulo, através de decreto assinado por Vargas.

As discussões levadas a efeito pelos deputados na Câmara Estadual nos anos 20 dão conta das divergências e contradições que ocorriam em virtude das questões que, de certa forma, desafiavam o *poder central* e que eram calorosamente defendidas por grupos, cujas opiniões eram discordantes: um deles, pela autonomia estadual em legislar sobre o ensino superior e, o outro, em fazer valer a legislação federal, vigente, obrigando as escolas reconhecidas pelo Estado a se equipararem às congêneres federais. A outra discussão partia do princípio de que ao Estado caberia criar e manter as instituições de ensino superior pelo que a iniciativa privada acabaria por *mercantilizar* os diplomas e deteriorar a qualidade de ensino formando profissionais desqualificados. Do outro lado, grupos de políticos defendiam a idéia de que a única forma de melhorar a qualidade do ensino seria através da iniciativa privada uma vez que a concorrência seria responsável em propiciar tal melhoria. O deputado estadual senhor *Vidal Sampaio*, em um de seus discursos na Câmara, chega a citar: “devo notar que no Estado de Nova York, onde o ensino é modelar, todas as escolas superiores são particulares”⁷. Afirmava que aquelas escolas eram modelos de instrução com rigor científico o que significava dizer que ministravam ensino de qualidade. Assim é que vão sendo promulgadas leis tratando da regulamentação das artes farmacêuticas e dentárias no Estado de São Paulo, ora aderindo à legislação federal, ora reconhecendo a autonomia do Estado permitindo, portanto, a manutenção de escolas particulares.

Pode-se notar que mesmo os reconhecimentos das Escolas de Farmácia e de Odontologia surgidas naquela época, se tornavam um processo crítico pois não havia a certeza de que a esfera estadual prevalecesse sobre a federal, embora a primeira fosse desejável em virtude de menores despesas com fiscalizações, menor rigor acadêmico e exigências de instalações e equipamentos laboratoriais. Analisando a força política dos representantes da região de Itapetininga, em especial a do senhor Júlio Prestes, vamos entender os motivos que levaram ao reconhecimento estadual da Escola de Farmácia e de Odontologia daquela cidade (EFOI) em 1922 e a sua manutenção até 1931, período por nós identificado como o *primeiro momento* da Escola. Nesse ano, Vargas assina um decreto impedindo o funcionamento de todas as Escolas de Farmácia

⁷ Annaes da Cammara de São Paulo – 1926, 88ª sessão, 3 de dezembro, p. 910.

e de Odontologia reconhecidas pelos Estados tornando-se obrigatória a inspeção preliminar, federal, para posterior reconhecimento por meio da inspeção permanente. Esse, o início do *segundo momento* da EFOI, ficou caracterizado pela constituição de uma nova sociedade, a Associação de Ensino de Itapetininga (AEI)⁸, mantenedora da EFOI que, tendo construído um prédio novo abrigando todas as instalações de molde a atender as exigências da legislação federal, promove uma verdadeira batalha em prol de seu reconhecimento.

Enquanto algumas escolas do interior de São Paulo vão conseguindo a inspeção preliminar, a de Itapetininga não consegue tal regalia senão apenas em 1935, através do decreto 482 de 9 de dezembro, cujo teor é desconhecido uma vez que não foi dada publicidade por meio da imprensa oficial. Esse decreto foi revogado pelo de número 2.150 de 1 de dezembro de 1937, assinado por Vargas, caçando a inspeção preliminar, numa postura que poderia retratar os mandos e desmandos de um autoritarismo sem precedentes a que foi submetido o país. Ao revogar o decreto 482 o governo altera o ano de sua publicação para 1936, evidenciando a sua cumplicidade num equívoco provocado por ele mesmo pois segundo o que pudemos apurar, esse decreto também não fora publicado nesse ano.

De qualquer modo, o que conseguimos levantar em nossa pesquisa é que a própria Congregação da Escola resolveu encerrar as suas atividades em abril de 1937 muito embora o depoimento de um ex-professor⁹ daquele estabelecimento, parece admitir ter sido um ato do ministro da educação o que provocou aquela tomada de decisão. Ficou claro, porém, que o decreto caçando as regalias da EFOI só foi assinado em dezembro daquele ano, quer dizer, oito meses após a paralisação de suas atividades acadêmicas.

A partir desses fatos vamos tecendo comentários sobre as representações assumidas pela maioria das pessoas por nós contatadas tentando *desconstruir* a idéia de que a Escola teria sido fechada por retaliação de Vargas à Itapetininga em virtude da sua derrota por *Júlio Prestes* nas eleições presidenciais de 1930. Entre outros comentários vamos evidenciando as substituições ocorridas naquela época, citando alguns projetos do governo visando substituir grandes empreendimentos por outros de menor envergadura o que nos fez levantar questionamentos sobre um outro debate, que diz respeito a uma retaliação muito mais significativa e profunda, de como permaneceu a região sul do Estado, durante e após a era Vargas: uma trilha de comunidades carentes, sem representantes políticos com força suficiente para que pudessem reivindicar os investimentos necessários à continuidade do seu desenvolvimento, na mesma proporção anteriormente vivenciada. Tornou-se produtora de alimentos de base que absolutamente conseguiram fazer divisas da mesma forma como suas comunas do centro norte o fizeram por meio da industrialização. A região, ainda hoje conhecida por *ramal da fome* sofre as agruras de um descrédito governamental, a nosso ver responsável pelas idéias separatistas dos seus políticos de que o Estado de São Paulo do Sul seria uma

⁸ Torna-se necessário esclarecer que a AEI criada naquela época foi dissolvida em 1939. Atualmente existe na cidade de Itapetininga uma outra instituição de ensino superior com a mesma nomenclatura: Associação de Ensino de Itapetininga (AEI).

⁹ Depoimento do senhor Juvenal Paiva Pereira, sociólogo, dentista e professor universitário, colhido em 1980 para o Museu da Imagem e do Som de Itapetininga.

solução plausível para que os recursos aqui gerados fossem aqui aplicados de forma a impulsionar o desenvolvimento desejado numa região há muito marginalizada.

REFERÊNCIAS

- BASBAUM, L. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997. v. 2.
- CORRÊA, A. M. M. **Para preparar a mocidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã: da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HOBBSBAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.) **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados / HISTEDBR, 1999.
- MOTTA, A. **Tropeços da medicina bandeirante: São Paulo, 1892-1920**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- CAMPOS, M. A. **Perfil do ensino farmacêutico no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/USP, 1966.
- _____. **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1984.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



Editoração, Impressão e Acabamento
Rua 1822, n. 347 • Ipiranga
04216-000 SÃO PAULO, SP
Tel.: (0**11) 6914-1922